

DIFAL - EMENDA CONSTITUCIONAL Não 87/2015 RATIFICAÇão DOS ESTADO

A Lei Complementar não 190/2022, publicada no DOU do dia 05/01/2022, altera a Lei Complementar não 87/1996 (Lei Kandir), para regulamentar a cobrança do ICMS nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto.

A partir de **01/01/2022**, a cobrança do Difal é inconstitucional, a exigência somente poderá ser feita a partir do exercício seguinte ao da publicação, isto é, a partir de **01/01/2023**.

Contudo, é importante atentar-se ao fato de que algumas Unidades Federadas estão exigindo a cobrança para exercício de 2022, ainda que inconstitucional. Nesse sentido, preventivamente, recomendamos aos contribuintes remetentes que, ao realizarem operações destinadas a consumidores finais não contribuintes localizados em outros Estados, verifiquem a exigência junto aos respectivos Estados ou, se for o caso, tomem as medidas legais cabíveis.

Alguns estados vem se posicionando a respeito da cobrança do DIFAL, seja com publicações de legislações ou comunicados veiculados no Portal da SEFAZ.

Colaboraao de:

Maurílio de Souza Diniz

Diretor Gerencial SINPAPEL